



Relatório de administração e demonstrações financeiras

2025

Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ: 23.096.269/0001-19

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
PERFIL DA COMPANHIA	4
MAPA DE OPERAÇÕES	5
DIRETRIZES DE ATUAÇÃO	6
GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL	8
CONTEXTO REGULATÓRIO	9
DESEMPENHO OPERACIONAL	10
COMERCIALIZAÇÃO	11
PESSOAS	12
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	14
Principais indicadores	14
Custos e outros resultados operacionais	15
Ebitda e margem Ebitda	16
Resultado financeiro	16
Endividamento	17
Lucro líquido	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
Balanços patrimoniais	19
Demonstrações do resultado	21
Demonstrações do resultado abrangente	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024	26
1. Informações gerais	26
2. Apresentação das demonstrações financeiras	29
3. Resumo das políticas contábeis materiais	30
4. Gestão de riscos do negócio	32
5. Caixa e equivalentes de caixa	35
6. Clientes	36
7. Tributos a recuperar/recolher	37

8. Ativo financeiro vinculado à concessão	38
9. Depósitos judiciais	39
10. Imobilizado	39
11. Intangível.....	41
12. Fornecedores	43
13. Encargos setoriais.....	43
14. Debêntures.....	44
15. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	46
16. Partes relacionadas	47
17. Provisões.....	49
18. Patrimônio líquido	54
19. Receita operacional líquida.....	55
20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede.....	57
21. Resultado financeiro	58
22. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos.....	58
23. Lucro por ação	60
24. Instrumentos financeiros.....	60
25. Seguros	62
26. Compromissos assumidos e não reconhecidos	62
27. Transações não caixa.....	63
Membros da Governança	64
Declaração da Diretoria	65
Declaração do Conselho de Administração.....	66

APRESENTAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A gestão da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil"), apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras elaboradas conforme a legislação societária brasileira vigente.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas a auditoria independente, conduzida pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., em conformidade com as disposições da Resolução CVM nº 162/22. Cumprindo essa mesma norma, destacamos que a empresa de auditoria e seus profissionais vinculados não executaram nenhum serviço que não estivesse relacionado exclusivamente a trabalhos de assecuração, exceto pelo relatório de controle patrimonial (RCP).

Os resultados econômicos, sociais e ambientais da Rio Paraná estão disponíveis de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil. Este documento é desenvolvido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), abrangendo indicadores socioambientais definidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2025 consolidando avanços relevantes para a Rio Paraná Energia, em um ano marcado por transformações importantes no setor elétrico brasileiro e por desafios associados à transição energética, à modernização regulatória e à crescente participação de fontes renováveis intermitentes no sistema.

A receita operacional líquida alcançou R\$ 4,20 bilhões, alta de 8,3% em relação ao exercício anterior, sustentada pelo avanço da receita operacional bruta e pela contribuição dos ativos financeiros. O desempenho operacional permaneceu consistente ao longo do exercício, com Ebitda de R\$ 3,26 bilhões e margem de 77,5%. A melhora do resultado financeiro contribuiu para a expansão do resultado antes dos impostos, refletindo-se em um lucro líquido de R\$ 2,34 bilhões, crescimento de 24,2% na comparação anual, com ampliação da margem líquida para 55,8%.

O desempenho operacional das usinas manteve-se consistente, sustentando a solidez do nosso modelo de negócio. Ilha Solteira e Jupuí responderam por uma geração total de 18.587 GWh, representando um crescimento de 1,2% em relação ao ano anterior.

A atuação estratégica nas frentes comercial e regulatória mostrou-se fundamental para a proteção da receita e a mitigação de riscos. A partir dos investimentos feitos nos últimos anos, o uso de ferramentas sofisticadas de inteligência de mercado e de gestão de riscos hidrológicos, tem nos ajudado a reduzir os impactos do GSF e da volatilidade de preços no mercado livre, bem como as despesas associadas à compra de energia em períodos de menor produção hídrica.

No campo operacional, mantivemos elevado desempenho das usinas de Ilha Solteira e Jupuí. O projeto de modernização das usinas continua sendo um dos pilares estratégicos da Rio Paraná Energia. Em 2025, avançamos na terceira etapa do programa. Esse esforço tem tornado as usinas mais confiáveis, com taxas de falhas cada vez menores, além de ampliar a disponibilidade das máquinas e a capacidade de geração de receita.

Também liquidamos integralmente uma dívida em dólar com a CTG Luxemburgo, eliminando a exposição à volatilidade cambial que impactava os resultados aproveitando janelas de câmbio favoráveis. A estratégia otimizou o fluxo de caixa e reduziu custos financeiros, fortalecendo a solidez da estrutura de capital da subsidiária.

No âmbito regulatório e institucional, a Rio Paraná Energia, manteve protagonismo nos debates sobre a modernização do setor elétrico. Atuamos de forma técnica e consistente na defesa de maior racionalidade econômica na formação de preços, na valorização dos atributos das usinas hidrelétricas, especialmente sua flexibilidade e capacidade de atender aos horários de maior demanda, e na necessidade de subsídios mais transparentes e socialmente justos. Esses avanços são essenciais para garantir a sustentabilidade do setor, a atração de investimentos e a segurança do suprimento de energia no longo prazo.

Reforçamos, ainda, nossos padrões de excelência em segurança do trabalho, mantendo a integridade das equipes como prioridade absoluta e promovendo a melhoria contínua dos processos. Esse desempenho nos posiciona entre as empresas com as melhores práticas do setor.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e demais partes interessadas pelo empenho, dedicação e confiança ao longo de 2025. Seguimos firmes em nossa missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável, fortalecer a energia limpa no Brasil e contribuir para a evolução do setor elétrico, com solidez, responsabilidade e visão de futuro.

Márcio José Peres

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A

PERFIL DA COMPANHIA

A Rio Paraná Energia S.A, subsidiária direta da CTG Brasil, é responsável pela operação das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, ambas situadas no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A UHE Ilha Solteira, com 20 unidades geradoras, destaca-se como a maior hidrelétrica das regiões Sudeste e Centro Oeste e a sexta maior do Brasil. Localizada entre Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), a usina desempenha um papel essencial na estabilização de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Seu reservatório de acumulação cobre uma área de 1.195 km², com uma barragem de 5,6 km de extensão.

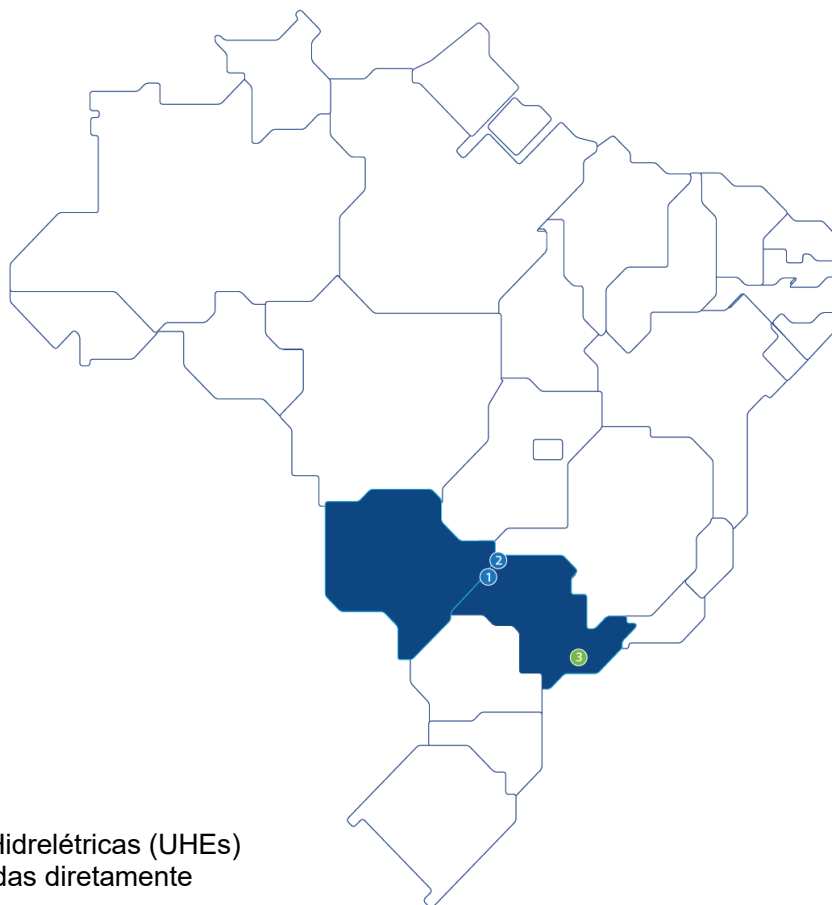
A UHE Jupia, oficialmente denominada Engenheiro Souza Dias, possui 14 unidades geradoras e está localizada entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A presença de uma eclusa na usina facilita a navegação entre os rios Paraná e Tietê, promovendo a integração hidroviária regional.

Juntas, essas usinas somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW.

Desde 2017, as duas usinas passam pelo maior programa de modernização do setor energético brasileiro, com conclusão prevista para 2038 e investimento total estimado em R\$ 3 bilhões. O plano abrange a renovação completa das 34 unidades geradoras, garantindo maior eficiência e confiabilidade operacional. Com a conclusão do segundo lote e 12 unidades já reformadas, as máquinas modernizadas apresentam taxas de falha próximas a zero, consolidando a Rio Paraná como referência nacional em inovação e longevidade de ativos hidrelétricos. Em 2025, a Companhia iniciou as obras do terceiro lote, que até 2028 modernizará mais seis unidades.

As operações da Rio Paraná contam com o suporte administrativo da CTG Brasil, conforme o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e seguem avançando na jornada de digitalização e automação de seus processos operativos.

MAPA DE OPERAÇÕES



- Usinas Hidrelétricas (UHes) controladas diretamente
- Sede corporativa

Localização no mapa	Unidade Federativa (UF)	Ativo	Capacidade instalada
1	SP/MS	UHE Jupia	1.551,2 MW
2	SP/MS	UHE Ilha Solteira	3.444,0 MW
3	SP	São Paulo – Sede corporativa	-

SP – São Paulo / MS – Mato Grosso do Sul / MW – Megawatt

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

A ética e a integridade seguem como valores essenciais para a Rio Paraná, promovidas de forma contínua por meio do Programa Corporativo de Compliance. Todos os colaboradores participam regularmente de treinamentos que reforçam a adesão ao Código de Ética e Conduta, contribuindo para um ambiente de trabalho alinhado às melhores práticas, às políticas internas e à legislação vigente.

Esses treinamentos também abrangem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD Lei nº 13.709/2018), garantindo que todos estejam atualizados quanto às normas que regem o tratamento de dados pessoais na Companhia.

Em 2025, a Rio Paraná teve cinco das suas sete certificações ISO renovadas para um ciclo de três anos (2025/2028), sendo elas:

- **ISO 9001** (qualidade)
- **ISO 14001** (meio ambiente)
- **ISO 45001** (saúde e segurança ocupacional)
- **ISO 55001** (gestão de ativos)
- **ISO 31000** (gestão de riscos, autodeclaração com avaliação externa)

E as outras tiveram suas certificações mantidas no ano de 2025 (ciclo 2024/2026), sendo elas:

- **ISO 37301** (gestão de compliance)
- **ISO 37001** (gestão antissuborno)

Resultado de auditorias externas independentes que comprovaram a maturidade e a eficácia dos seus sistemas de gestão. Essas certificações reafirmam o compromisso da Companhia com a excelência, a melhoria contínua e a credibilidade de seus processos, além de posicionar a Rio Paraná como referência em governança e responsabilidade corporativa no setor elétrico.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Rio Paraná Energia S.A., constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, tem como acionista majoritária a China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital social, enquanto os 33,33% restantes são de propriedade da Huikai Clean Energy.

Registrada na categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia adota práticas avançadas de governança corporativa, ampliando seu acesso a investidores e fortalecendo sua credibilidade no mercado financeiro e junto aos credores.

Sua estrutura de governança é composta pelos órgãos estatutários: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração é formado por cinco membros, incluindo dois representantes dos sócios minoritários. Eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, os conselheiros são responsáveis por nomear os integrantes da Diretoria Executiva, encarregada de conduzir a gestão estratégica da empresa.

Estrutura de governança corporativa

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Presidente
Evandro Leite Vasconcelos	Membro Efetivo
Márcio José Peres	Membro Efetivo
Xíngyang Cao	Membro Efetivo
Zhigang Chen	Membro Efetivo

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Márcio José Peres	Diretor-Presidente
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo
Tatiana Figueredo Garrido da Mota	Diretora Executiva
Giulliano Batelochi Gallo	Diretor Executivo

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Em 2025, o Brasil seguiu em recuperação econômica gradual, ainda impactada por juros elevados e custo de capital restritivo. Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de forma moderada, desacelerando em relação ao ano anterior, com projeções indicando que ele ficará por volta de 2,5%, abaixo dos 3,4% de 2024. O desempenho foi impulsionado pelo agronegócio, enquanto os setores de indústria e serviços tiveram crescimento em ritmo menos acelerado.

A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 15% ao ano, mantida em patamares elevados para conter a inflação, que fechou o ano próximo da sua meta, com IPCA de 4,26, abaixo do registrado em 2024 (4,83%) e abaixo do teto da meta (4,5%).

Nesse contexto, a Rio Paraná destacou-se por manter um elevado grau de confiança do mercado, refletido no *rating* de crédito AAA e em condições de financiamento mais favoráveis, mesmo diante de um ambiente desafiador.

Indicadores macroeconômicos	Triênio		
	2023	2024	2025
PIB	2,9%	3,5%	2,5%*
IPCA	4,62%	4,83%	4,26%
IGP-M	-3,18%	6,54%	-1,05%
Taxa Selic	11,75%	12,25%	15,0%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,55%	7,43%	9,07%
Taxa de Câmbio (USD)	4,8900	6,1920	5,5024

* O valor do PIB 2,5% é o a prévia do resultado divulgado em 19/02/2026 pelo IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) em 2025. O fechamento oficial não foi divulgado até a publicação deste relatório.

CONTEXTO REGULATÓRIO

A Rio Paraná segue engajada nas discussões regulatórias que moldam o futuro do setor, participando ativamente de diálogos com associações e órgãos reguladores.

O ano foi marcado pela aprovação da Lei 15.269/2025 (a partir da MP 1.304/2025), e que representou uma das atualizações mais significativas do marco regulatório do setor elétrico em quase duas décadas. Entre as medidas, a legislação referenda a abertura gradual e estruturada do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para todos os consumidores (incluindo residenciais). A referida lei também revisou critérios legais para formação de tarifas e encargos, incluindo novas regras de apuração de custos no Mercado de Curto Prazo (MCP) (leia mais a seguir, em Comercialização) e reorganizou encargos setoriais, incluindo regras sobre como subsídios para energia eólica e solar são alocados e como eles impactam a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, encargo setorial pago pelos consumidores de energia que financia políticas públicas do setor) e rateios entre consumidores. Um desses pontos foi a limitação dos subsídios para a geração de energia incentivada a contratações feitas até o fim de 2025, buscando tornar os incentivos mais sustentáveis e menos onerosos ao sistema como um todo.

Prazos de concessão

Entidade	Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento da concessão
Rio Paraná Energia S.A	Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	20/04/2047
Rio Paraná Energia S.A	Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	21/04/2047
						4.995,2	2.494,9		

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Rio Paraná Energia manteve a excelência em seus indicadores operativos em 2025. A geração bruta de energia elétrica das usinas Ilha Solteira e Jupuí totalizou 18.587 GWh ante 18.361 GWh, em 2024.

A disponibilidade das usinas permaneceu consistentemente acima dos limites regulatórios, atingindo 94,97% no exercício (o limite regulatório é de 93,62%). Este desempenho é reflexo do baixo índice de falhas e do plano de manutenção de ativos. Na área de segurança de barragens, após concluir a implantação do Plano de Atendimento à Emergência (PAE), em 2024, a Companhia avançou ainda mais em automação da instrumentação e garantindo monitoramento em tempo real. É importante reforçar que ambas as barragens operam com total segurança e baixo risco.

Modernização das UHEs Jupuí e Ilha Solteira

O processo de modernização das usinas Jupuí e Ilha Solteira, consolidado como o maior projeto de revitalização do setor energético brasileiro com investimento superior a R\$ 3 bilhões, atingiu um novo marco em 2025. Após a conclusão do segundo lote, que totalizou 12 unidades geradoras modernizadas, a Companhia iniciou as obras do terceiro lote em 2025. Este novo estágio contempla a renovação de seis unidades (três em cada usina) com execução prevista até 2028, sendo que as duas primeiras máquinas já se encontram em intervenção técnica.

Nesta fase, a experiência acumulada nos lotes anteriores está sendo aplicada à execução das obras, resultando em otimização de processos e redução do tempo de parada das máquinas que, em geral, é de um ano, em média, para cada máquina em modernização.

O projeto reduz riscos operacionais associados ao fim da vida útil dos equipamentos antigos e certamente contribuiu para a Rio Paraná registrar em 2025 o menor índice de paradas forçadas (também chamado de falhas) da sua história.

A modernização ainda eleva as usinas, assim, a um patamar superior de desempenho em longo prazo, destacando-se pelo alto grau de automação, digitalização e redução nos custos de manutenção. Com sistemas auxiliares de última geração e processos de tele assistência integrados, as usinas estão posicionadas para operar com excelência, produtividade e segurança para pessoas e equipamentos, garantindo a perenidade de ativos essenciais para o Sistema Interligado Nacional.

Geração de energia (GWh)			
Usina	2023	2024	2025
UHE Ilha Solteira	12.710,00	11.768,00	11.813,67
UHE Jupuí	5.314,50	6.593,00	6.773,43
Total	18.024,50	18.361,00	18.587,09

Índice de disponibilidade*				
Usina	2023	2024	2025	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,53%	95,31%	95,88%	94,76%
UHE Jupuí	92,93%	92,42%	92,96%	91,08%
Consolidado (média)	94,72%	94,27%	94,97%	94,62%

* O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFA (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP)*(1-TEIFA)$. Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

COMERCIALIZAÇÃO

O ano de 2025 marcou um ponto de recuperação nos preços de energia no mercado brasileiro. O principal fator para essa valorização foi a mudança na modelagem regulatória, permitindo que os preços horários reflitam explicitamente as variações de oferta e demanda ao longo do dia, considerando a intermitência das fontes solar e eólica e valorizando a flexibilidade dos ativos geradores hidrelétricos. Adicionalmente, o cenário hidrológico contribuiu para a sustentação dos preços, uma vez que, apesar da melhora no regime de chuvas em comparação a 2024, os volumes registrados permaneceram abaixo da média histórica.

A Companhia também conseguiu capturar oportunidades de mercado a partir de uma gestão de riscos ágil e eficiente, resultado do conjunto de investimentos feitos nos últimos anos em ferramentas de inteligência de mercado, modelagem de cenários e estratégias de proteção contra riscos hidrológicos e de preço, incorporando aprendizados do mercado financeiro e ampliando a sofisticação das decisões comerciais. Com isso, foi possível otimizar a comercialização tanto no curto quanto no longo prazo, melhorar a previsibilidade de resultados e capturar oportunidades em janelas de preço mais favoráveis, gerando contribuições importantes para as receitas em 2025.

No total de contratos negociados em 2025, a Companhia registrou 14.256,9 GWh (65%) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 7.675,4 GWh (35%) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), totalizando 21.932,28 GWh em energia comercializada, reforçando a solidez e a diversificação de seu portfólio de ativos.

PESSOAS

Ao longo de 2025, a Companhia identificou impactos reais positivos associados ao fortalecimento da capacitação de pessoas, incluindo desenvolvimento de competências por meio de trilhas e treinamentos (on-line e presenciais); formação de novos talentos com ampliação da empregabilidade; retenção e continuidade organizacional através de oportunidades de crescimento e progressão; fortalecimento da liderança; mobilidade interna com priorização de recrutamento interno; estímulo à educação contínua com subsídios e melhoria de processos; e inovação, com projetos conduzidos por estagiários e profissionais em formação.

Esses efeitos se conectam a iniciativas como Programa de Estágio, Programa de Desenvolvimento de Líderes, Programas de Aprendizagem Corporativa, plano de carreira, mapeamento sucessório, movimentações internas, além do Programa de Subsídio Educacional (para graduação e pós-graduação), idiomas e parcerias com instituições de ensino.

Atualmente, a gestão de pessoas e os processos de contratação e promoção baseiam-se em critérios técnicos, de desempenho e na legislação vigente.

Abaixo estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76:

Tabela de Proporcionalidade - 2024		
Gênero	Total empregados	%
Homens	315	88,0
Mulheres	42	12,0
Total	357	100,0

Tabela de Proporcionalidade - 2025		
Gênero	Total empregados	%
Homens	313	88,0
Mulheres	41	12,0
Total	354	100,0

Índice (mulheres/homens) 2024 x 2025			
(M/H)	Total empregados	Contratações	Desligamentos
2024	0,13	0,91	0,11
2025	0,13	1,19	0,11

2024		
Média salarial	Homens	Mulheres
Cargos de diretoria	R\$ 1.448.325,61	R\$ -
Cargos gerenciais	R\$ 504.727,65	R\$ 434.999,72
Cargos administrativos	R\$ 236.902,77	R\$ 136.756,17
Cargos de produção	R\$ 153.773,69	R\$ 117.954,26

2025		
Média salarial	Homens	Mulheres
Cargos de diretoria	R\$ 1.576.443,54	R\$ -
Cargos gerenciais	R\$ 503.345,48	R\$ 464.457,84
Cargos administrativos	R\$ 241.167,77	R\$ 142.201,12
Cargos de produção	R\$ 152.563,79	R\$ 130.511,96

Proporção salarial 2024 x 2025		
(M/H)	2024	2025
Cargos de diretoria	-	-
Cargos gerenciais	0,86	0,92
Cargos administrativos	0,58	0,59
Cargos de produção	0,77	0,86

Os indicadores de 2024 e 2025 revelam um cenário de contrastes. Proporcionalmente, a representatividade feminina manteve-se inalterada (M/H de 0,13), evidenciando que, apesar das movimentações internas, a estrutura geral ainda reflete baixa participação de mulheres.

Nas admissões, observa-se sinalização positiva em 2025, com índice de 1,19, indicando maior presença feminina nas novas contratações, enquanto os desligamentos permaneceram estáveis no exercício.

No campo remuneratório, destaca-se que não há registro de remuneração feminina em cargos de diretoria na Rio Paraná, uma vez que a diretora estatutária é remunerada pela CTG Brasil, e não pela Companhia. Nos cargos gerenciais, houve equalização salarial em 2025, enquanto nos níveis administrativos e de produção verificou-se avanço gradual na redução das diferenças

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa seção do documento, são apresentados os principais eventos do exercício-base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

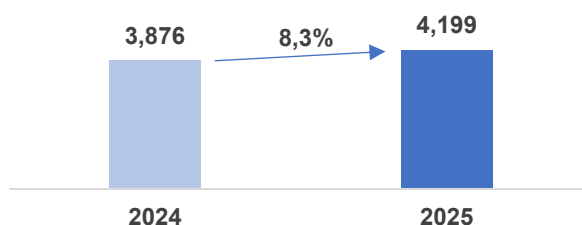
	2025	2024	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.906.158	2.542.696	14,3%
Receita de ativos financeiros	1.716.901	1.713.864	0,2%
(-) Deduções à receita operacional	(423.964)	(380.341)	11,5%
Receita operacional líquida	4.199.095	3.876.219	8,3%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(1.215.667)	(846.373)	43,6%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	2.983.428	3.029.846	-1,5%
Ebitda	3.255.424	3.299.871	-1,3%
Margem Ebitda - %	77,5%	85,1%	-7,6 p.p.
Resultado financeiro	8.770	(625.225)	101,4%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.992.198	2.404.621	24,4%
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531	24,2%
Margem líquida - %	55,8%	48,6%	7,1 p.p.
Quantidade de ações	7.014.326	7.014.326	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,33390	0,26881	24,2%

Ebitda - *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*

A receita operacional líquida da Rio Paraná foi de R\$ 4.199,1 milhões, que representa um crescimento de R\$ 322,9 milhões, ou +8,3% em relação ao ano de 2024. Sobre essa variação vale destacar as variações mais relevantes na receita bruta:

- Aumento de R\$ 190,5 milhões na receita de contratos do ambiente de contratação livre (ACL) principalmente pelo maior volume de energia vendida nessa modalidade na comparação entre os dois exercícios;
- Crescimento de R\$ 152,6 milhões da receita no ambiente de contratação regulada (ACR), basicamente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, também, em razão de novos contratos com início de suprimento em janeiro de 2025, em decorrência dos 31º e 32º Leilões de Energia Existente;
- Elevação de R\$ 20,4 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP/MRE), basicamente em virtude de maiores Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) na comparação entre os dois exercícios, compensado pela queda no volume;

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



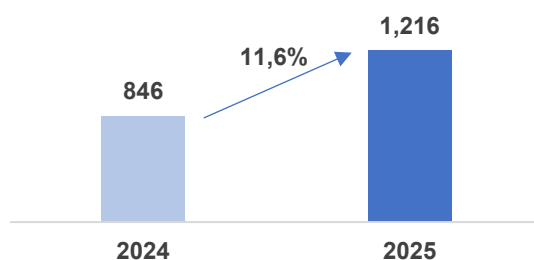
Custos e outros resultados operacionais

	2025	2024	Variação
Pessoal	(100.881)	(97.739)	3,2%
Material	(14.272)	(8.688)	64,3%
Serviços de terceiros	(50.416)	(51.925)	-2,9%
Energia comprada	(430.050)	(115.631)	271,9%
Depreciação e amortização	(271.996)	(270.025)	0,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(214.768)	(203.867)	5,3%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(43.096)	(35.454)	21,6%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.325)	(1.893)	-30,0%
Seguros	(9.595)	(10.170)	-5,7%
Aluguéis	(1.470)	(1.265)	16,2%
(Constituições) / reversões de provisões para riscos	(4.818)	22.247	-121,7%
Compartilhamento de despesas	(56.431)	(54.121)	4,3%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	2.288	-	100,0%
Outros	(18.837)	(17.842)	5,6%
	(1.215.667)	(846.373)	43,6%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram um crescimento de R\$ 369,3 milhões, quando comparado ao ano de 2024. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Elevação de R\$ 314,4 milhões nos custos com energia comprada, principalmente no ambiente de contratação livre (ACL), pela piora no fator de risco hidrológico *Generation Scaling Factor* (GSF), bem como para compras para cobertura de lastro dos contratos dentro da dinâmica do balanço energético da Companhia;
- Efeito negativo de R\$ 27,1 milhões na rubrica de constituições/reversões de provisões para riscos, principalmente em virtude do efeito pontual e não recorrente do ano anterior, relativo à reversão do saldo residual de contingência regulatória em 2024;
- Aumento de R\$ 10,9 milhões nas despesas com os Encargos de uso da rede elétrica basicamente em razão da atualização do encargo de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) a partir de julho de 2025.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



Ebitda e margem Ebitda

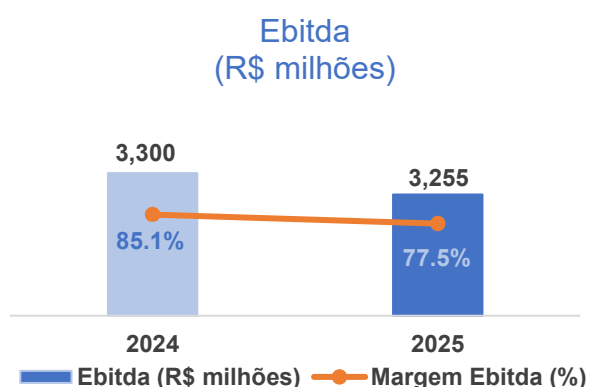
	2025	2024	Varição
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531	24,2%
Imposto de renda e contribuição social	650.105	519.090	25,2%
Resultado financeiro (líquido)	(8.770)	625.225	-101,4%
Depreciação e amortização	271.996	270.025	0,7%
Ebitda	3.255.424	3.299.871	-1,3%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>77,5%</i>	<i>85,1%</i>	<i>-7,6 p.p.</i>

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2025 totalizou R\$ 3.255,4 milhões, representando uma pequena redução de R\$ 44 milhões na comparação com o ano de 2024.

A margem Ebitda se manteve no ótimo patamar de 77,5%, resultado menor em -7,6 p.p. em relação ao ano de 2024.



Resultado financeiro

	2025	2024	Varição
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	137.582	107.953	27,4%
Variações monetárias	54.685	44.948	21,7%
Ganho com variação cambial	131.437	49.488	165,6%
Outros	(6.279)	(4.869)	29,0%
	317.425	197.520	60,7%
Despesas			
Juros	(135.458)	(181.997)	-25,6%
Variações monetárias	(3.346)	(2.909)	15,0%
Perda com variação cambial	(2.740)	(361.906)	-99,2%
Ajuste a valor presente (AVP)	(164.608)	(274.235)	-40,0%
Outros	(2.503)	(1.698)	47,4%
	(308.655)	(822.745)	-62,5%
Resultado financeiro líquido	8.770	(625.225)	-101,4%

AVP – Ajuste a Valor Presente

O resultado financeiro líquido apresentado em 2025 foi positivo em R\$ 8,8 milhões, representando uma melhora de R\$ 634,0 milhões em relação ao ano de 2024. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Impacto líquido favorável de R\$ 441,1 milhões no resultado decorrente do reconhecimento contábil da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pela valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2025. Em 2025, houve valorização de 15,6% (de R\$ 6,1923 para R\$ 5,6621 em Jul/2025 quando a dívida foi liquidada) enquanto em 2024 a moeda brasileira tinha desvalorizado -26,4% (de R\$ 4,8972 para R\$ 6,1923). Em 2025 houve a liquidação completa do empréstimo, outro fator que corroborou com a melhora da variação cambial líquida.
- Redução de R\$ 110,7 milhões na despesa de atualização monetária referente ao passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos. Essa redução se justifica pela variação na projeção futura esperada para os índices de inflação IPCA e IGPM que são os indicadores que atualizam esse passivo;
- Redução de R\$ 46,5 milhões nas despesas com juros incidentes sobre os empréstimos da Companhia, principalmente em virtude das liquidações realizadas entre os exercícios;
- Elevação de R\$ 29,6 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função do crescimento do CDI na comparação entre os exercícios.

Endividamento

	2025	2024	Varição
Debêntures	1.626.618	1.758.846	-7,5%
Curto prazo	399.923	169.466	136,0%
Longo prazo	1.226.695	1.589.380	-22,8%
Partes relacionadas	-	1.515.886	-100,0%
Curto prazo	-	1.515.886	-100,0%
Dívida Bruta	1.626.618	3.274.732	-50,3%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(118.948)	(1.708.872)	-93,0%
Dívida líquida	1.507.670	1.565.860	-3,7%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 58,2 milhões na comparação com a posição final do ano de 2024. Essa redução reflete principalmente a liquidação do empréstimo com partes relacionadas junto à CTG Luxemburgo, realizada em um período de janela cambial favorável.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2025	2024	Varição
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/11/2025	-	1.515.886	-100,0%
Debêntures 1ª emissão - série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	169.933	-100,0%
Debêntures 2ª emissão - série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	826.522	789.585	4,7%
Debêntures 3ª emissão - série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	800.096	799.328	0,1%
			1.626.618	3.274.732	-50,3%

USD – Dólar / DI - Depósito interbancário

Lucro líquido

Em virtude dos fatores detalhados anteriormente, a Rio Paraná apresentou um bom desempenho de resultados no ano de 2025. O lucro líquido em 2025 foi de R\$ 2.342,1 milhões, o que representa um aumento de R\$ 456,6 milhões ou 24,2% na comparação com o exercício de 2024.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	118.948	1.708.872
Clientes	6	426.853	417.925
Tributos a recuperar	7	3.632	5.236
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	1.350.293	1.292.618
Partes relacionadas	16.3	826	-
Serviços em curso		39.002	43.278
Outros créditos		24.553	38.978
Total do ativo circulante		1.964.107	3.506.907
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	11.647.732	11.359.155
Depósitos judiciais	9	686.881	633.176
Outros créditos		14.678	-
		12.349.291	11.992.331
Imobilizado	10	54.920	38.278
Intangível	11	5.614.106	5.840.078
Total do ativo não circulante		18.018.317	17.870.687
Total do ativo		19.982.424	21.377.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	12	150.197	118.581
Salários, provisões e contribuições sociais		26.191	26.853
Tributos a recolher	7	160.618	360.087
Encargos setoriais	13	69.520	74.950
Debêntures	14	399.923	169.466
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	15	892.500	1.387.512
Partes relacionadas	16.3	6.626	1.515.886
Provisões	17	555.842	329.646
Outras obrigações		1.348	2.410
Total do passivo circulante		2.262.765	3.985.391
Não circulante			
Tributos diferidos	22.2	1.897.964	1.560.864
Encargos setoriais	13	23.292	26.608
Debêntures	14	1.226.695	1.589.380
Dividendos	15	2.269.067	-
Provisões	17	1.354.075	1.599.624
Outras obrigações		10.962	1.149
Total do passivo não circulante		6.782.055	4.777.625
Total do passivo		9.044.820	8.763.016
Patrimônio líquido	18		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		833.662	716.557
Reserva de retenção de lucros		3.454.925	5.249.004
Total do patrimônio líquido		10.937.604	12.614.578
Total do passivo e patrimônio líquido		19.982.424	21.377.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19.1	4.199.095	3.876.219
Custos operacionais			
Pessoal		(93.848)	(88.533)
Material		(14.262)	(8.685)
Serviços de terceiros		(44.466)	(45.573)
Energia comprada	20.2	(430.050)	(115.631)
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	(269.064)	(267.954)
Encargos de uso da rede elétrica	20.3	(214.768)	(203.867)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(43.096)	(35.454)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.325)	(1.893)
Seguros		(9.481)	(9.994)
Aluguéis		(1.010)	(1.027)
(Constituições) / reversões de provisões para riscos	17.3	(4.818)	2.057
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	11.3	2.288	-
Outros		(3.217)	(3.418)
		(1.127.117)	(779.972)
Resultado bruto		3.071.978	3.096.247
Outros resultados operacionais			
Pessoal		(7.033)	(9.206)
Material		(10)	(3)
Serviços de terceiros		(5.950)	(6.352)
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	(2.932)	(2.071)
Seguros		(114)	(176)
Aluguéis		(460)	(238)
Reversões de provisões para riscos	17.3	-	20.190
Compartilhamento de despesas	16.3	(56.431)	(54.121)
Outros		(15.620)	(14.424)
		(88.550)	(66.401)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		2.983.428	3.029.846
Resultado financeiro	21.1		
Receitas		317.425	197.520
Despesas		(308.655)	(822.745)
		8.770	(625.225)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	22.1	2.992.198	2.404.621
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(313.005)	(484.365)
Diferido		(337.100)	(34.725)
		(650.105)	(519.090)
Lucro líquido do exercício		2.342.093	1.885.531
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,33390	0,26881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.342.093	1.885.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.649.017	716.557	5.249.004	-	12.614.578
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.342.093	2.342.093
	-	-	-	2.342.093	2.342.093
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Reserva legal	-	117.105	-	(117.105)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	169.423	(169.423)	-
Dividendos intermediários	-	-	(1.963.502)	(1.005.565)	(2.969.067)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.050.000)	(1.050.000)
	-	117.105	(1.794.079)	(2.342.093)	(4.019.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.649.017	833.662	3.454.925	-	10.937.604

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	4.971.561	-	12.242.859
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.885.531	1.885.531
	-	-	-	1.885.531	1.885.531
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Reserva legal	-	94.276	-	(94.276)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	299.255	(299.255)	-
Dividendos propostos	-	-	(21.812)	(650.000)	(671.812)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(842.000)	(842.000)
	-	94.276	277.443	(1.885.531)	(1.513.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.649.017	716.557	5.249.004	-	12.614.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.992.198	2.404.621
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	271.996	270.025
Resultado na baixa do ativo imobilizado / intangível	10.2 e 11.2	60	293
Juros e variação monetária de ativos financeiros	8.3	(1.716.901)	(1.713.864)
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	14.4	122.295	107.009
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	16.4	(114.921)	388.174
Atualização e amortização AVP sobre provisão de grandes reparos	17.1	163.510	274.235
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(53.709)	(43.579)
Constituições / (reversões) e variações monetárias sobre provisão para riscos	17.3	5.067	(21.868)
AVP sobre licença ambiental	17.2	1.098	-
Outras variações		2.121	1.159
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		(8.500)	(21.714)
Ativo financeiro vinculado à concessão	8.3	1.370.649	1.307.859
Partes relacionadas		5.800	(7.508)
Serviços em curso		(18.217)	(10.372)
Depósito judicial	9.2	32	91
Fornecedores		31.616	32.081
Salários, provisões e contribuições sociais		(662)	(400)
Encargos setoriais		10.650	9.001
Capitalização de debêntures	14.4	85.010	104.540
Provisões	17.1, 17.2 e 17.3	(228.055)	(230.128)
Impostos, taxas e contribuições		(184.549)	(148.558)
Outras variações ativas e passivas		8.498	(4.034)
Caixa gerado pelas operações		2.745.086	2.697.063
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(484.687)	(373.538)
Pagamento de juros sobre debêntures	14.4	(164.530)	(158.406)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14.4	(55.003)	(46.163)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	16.4	(96.277)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.944.589	2.118.956
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	10.2 e 11.2	(23.727)	(8.841)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(23.727)	(8.841)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de debêntures	14.4	(120.000)	(315.000)
Pagamento de partes relacionadas	16.4	(1.303.274)	-
Pagamento de dividendos	15.2	(1.371.812)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	15.2	(715.700)	(641.750)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.510.786)	(956.750)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.708.872	555.507
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		118.948	1.708.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receitas			
Venda de energia	20.1	2.906.158	2.542.696
Receita de ativos financeiros	8.3	1.716.901	1.713.864
Outras receitas		1.220	1.201
		4.624.279	4.257.761
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede		(709.430)	(349.389)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		2.288	-
Materiais e serviços de terceiros		(122.825)	(122.793)
Outros resultados operacionais		(33.350)	(6.358)
		(863.317)	(478.540)
Valor adicionado bruto		3.760.962	3.779.221
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	(271.996)	(270.025)
Valor adicionado líquido produzido		3.488.966	3.509.196
Outras receitas financeiras		323.876	202.606
Valor adicionado recebido em transferência		323.876	202.606
Valor adicionado total a distribuir		3.812.842	3.711.802
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		64.958	60.155
Benefícios		17.895	19.760
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)		4.537	4.967
		87.390	84.882
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.026.575	879.530
Estaduais		2.900	1.774
Municipais		43.551	35.877
		1.073.026	917.181
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis		1.678	1.463
Outras despesas financeiras		308.655	822.745
		310.333	824.208
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio (JSCP)		1.050.000	842.000
Dividendos		1.005.565	650.000
Lucros retidos		286.528	393.531
		2.342.093	1.885.531
Valor adicionado distribuído		3.812.842	3.711.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), categoria B, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, na condição de prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupιά e (UHE) Ilha Solteira.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil) e tem por acionista minoritário a Huikai Clean Energy S.À.R.L., conforme nota explicativa nº 18.

Além do valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas, previsto no contrato de concessão, a partir de 2025, a Companhia passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), em decorrência do 31º e 32º Leilões de Energia Existente, cujos efeitos podem ser observados nas notas explicativas nº 6 e 19.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 298.658, apresentando uma melhora com relação à posição final de 2024. Acerca dessa posição, vale destacar a redução do passivo de dividendos e a liquidação do empréstimo com partes relacionadas beneficiada pela janela favorável de câmbio com a consequente redução da posição final do caixa da Companhia na comparação entre os fechamentos anuais.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração mensal de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Contratos de Concessão

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia e a (Aneel) assinaram o contrato de Concessão nº 01/2016 das Usinas Hidrelétricas (UHE) Ilha Solteira e Jupιά, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Companhia corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;

Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, conseqüentemente, ao direito de comercializar no mercado livre e cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento da concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	20/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	21/04/2047
					4.995,2	2.494,9		

SP – São Paulo / MS – Mato Grosso do Sul / MW – Megawatt

1.2.1. Extensões de Outorgas de Concessão

Em 4 de abril de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória Aneel nº 3.439, de 1º de abril de 2025, que aprovou o prazo remanescente de extensão das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em atendimento ao artigo 3º da REN 1.035/2022. Tal artigo estabelece a compensação pelos impactos decorrentes das restrições ao escoamento de energia ocasionadas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em virtude de atraso no início da operação comercial ou do início em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão associadas. Ainda dentro do contexto do acordo do GSF, houve um cálculo adicional da compensação pelos impactos decorrentes dessas restrições.

Na sequência, caberá à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica (SCE)/Aneel providenciar os termos aditivos aos contratos de concessão, bem como os ajustes nas resoluções autorizativas, a fim de formalizar a extensão das outorgas.

Os respectivos impactos financeiros, reconhecidos no ativo intangível em contrapartida ao resultado como recuperação de custos, e prazo adicional, estão apresentados no quadro a seguir:

Usina	Tipo	Dias de extensão	Impacto financeiro	Data fim de concessão / autorização	Nova data fim de concessão / autorização
Jupiá	UHE	3	777	17/04/2047	20/04/2047
Ilha Solteira	UHE	3	1.511	18/04/2047	21/04/2047
			2.288		

Em 16 de setembro de 2025, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 16.467/2025, que aprovou a extensão dos prazos de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do MRE, bem como a minuta dos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão dessas usinas.

Os períodos de extensão aprovados decorrem da Resolução Homologatória nº 3.439, de 1º de abril de 2025, que homologou os prazos remanescentes de extensão das UHEs que receberam compensação relacionada ao acordo do GSF, conforme previsto no art. 3º da REN nº 1.035/2022.

Em cumprimento ao processo de formalização da extensão das outorgas, foi assinado, no último trimestre de 2025, o aditivo contratual contemplando os dias de extensão das Usinas:

(i) o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/2016-MME, referente às Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupuíá, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 2025 (Seção 3, página 107);

Esse aditivo formaliza as condições aprovadas pela Resolução Homologatória, garantindo a extensão das outorgas e os ajustes regulatórios necessários.

1.3. Atualização da receita anual de geração – (RAG) ciclo 2025/2026

Foi publicada em 25 de julho de 2025 a Resolução Homologatória nº 3.506/2025 para a RAG, referente ao período de julho/2025 até junho/2026. Devido aos índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupuíá, e diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 29,9 milhões na RAG, correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), que afere o padrão de qualidade da UHE.

1.4. Lei nº 15.269/2025 (decorrente da MP nº 1.304/2025) – Modernização do Setor Elétrico

A Lei nº 15.269/2025 publicada em 24 de novembro de 2025 introduz alterações relevantes do setor elétrico que afetam a Companhia, como a possibilidade de renovação de concessões, alteração nas regras de autoprodução de energia, armazenamento, negociação de energia incentivada no mercado livre, limites das revisões de garantias físicas, tarifas, encargos e descomissionamento de usinas, com o objetivo de promover a modicidade tarifária, a segurança energética e a sustentabilidade do setor.

1.4.1. Revisão de Garantia Física:

A Lei trouxe mudanças relevantes nas regras de revisão ordinária da garantia física das usinas. A partir da publicação da lei, o ganho de garantia física entre revisões está limitado a 5% por ciclo, e o ganho acumulado durante todo o período da concessão não pode ultrapassar 10%. A regra se aplica a todas as UHEs da Companhia.

1.5. Eventos tributários

1.5.1. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, com vetos parciais, regulamentando dispositivos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e instituindo a nova estrutura do sistema tributário nacional.

A partir de 2026, inicia-se o período de testes da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A CBS substituirá o PIS e a COFINS a partir de 2027, enquanto o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo IBS até 2032, com aplicação plena em 2033. A nova sistemática elimina a cumulatividade, adota a tributação “por fora” e consolida a incidência no destino.

Para o setor de energia elétrica, a Lei Complementar nº 214/2025 estabelece o regime de diferimento da CBS e do IBS, nos termos do artigo 28, nas operações que não sejam destinadas a consumidores finais.

A Companhia realizou a análise dos efeitos do novo modelo tributário e concluiu os ajustes sistêmicos necessários. Em dezembro de 2025, a Companhia finalizou os ajustes em seus sistemas para viabilizar o destaque da CBS e do IBS a partir de 1º de janeiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia já considera as regras da reforma tributária, inclusive as

disposições transitórias, na negociação e formalização de novos contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No Ambiente de Contratação Regulada (ACR), relativamente aos contratos firmados anteriormente à vigência do novo regime, aplicam-se os mecanismos de compensação previstos no artigo 21 da Emenda Constitucional nº 132/2023 e no artigo 373 da Lei Complementar nº 214/2025, não se esperando impacto negativo para a Companhia, uma vez que tais contratos se sujeitam ao regime de diferimento mencionado acima.

1.5.2. Efeitos da Nova Tributação de Lucros e Dividendos

Em 26 de novembro de 2025, o Projeto de Lei nº 1.087/2025 foi sancionado, convertendo-se na Lei nº 15.270/2025, que instituiu a tributação, à alíquota de 10%, dos lucros e dividendos distribuídos a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo a tributação aplicável tanto a beneficiários pessoa física quanto a investidores estrangeiros. Em decorrência dessa alteração legislativa, a Companhia avaliou os efeitos da nova regra à luz do planejamento financeiro e estratégico.

Nesse contexto, foram deliberados dividendos referentes a parcela dos lucros apurados até novembro de 2025, observados os limites legais aplicáveis, a disponibilidade de caixa e a estratégia de investimentos da Companhia. Nos termos da legislação aplicável, o pagamento desses dividendos poderá ser realizado até 2028 conforme nota explicativa nº 15.2.

1.5.3. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 224/2025, que promoveu ajustes na legislação tributária federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, observadas as regras de anterioridade aplicáveis.

Adicionalmente, a norma elevou a alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) de 15% para 17,5%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, considerando sua estrutura operacional e os regimes de tributação aplicáveis, e continuará acompanhando a regulamentação infralegal e a evolução da interpretação pelas autoridades fiscais, a fim de monitorar eventuais impactos futuros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS *Accounting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil seguindo as disposições

contidas no CPC 09 (R1). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com intangível, recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Provisões (nota explicativa nº 17);
- ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22.2).

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 13.1.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Impairment

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos, imobilizados e intangíveis, quando há algum indicativo que sugira a possibilidade de desvalorização deste ativo. Os ativos são segregados como unidade geradora de caixa, e o teste tem como metodologia do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento da avaliação.

3.3.1. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Conforme análise realizada, não foram identificados indicativos de *impairment* no período. Os ativos continuam apresentando condições normais de uso e geração de benefícios econômicos. Assim, não houve necessidade de realizar teste detalhado de recuperabilidade.

3.3.2. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia as informações prospectivas, das perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros, para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As avaliações são realizadas de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, com objetivo de atender os requisitos da redução ao valor recuperável.

Para os ativos não circulantes da Companhia, não foram identificados indicativos de *impairment*, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas pela não realização desses ativos.

3.4. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);
- Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10);
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:
 - IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 Demonstrações Consolidadas; e
- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os pronunciamentos alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2026 não possuem expectativas de impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7 / CPC 40);
- Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC 48).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 não possui expectativa de impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 possui impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18 / CPC 51); cuja avaliação e tratativas estão em andamento.

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Riscos de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice relevante é o ajuste do MRE, por meio do fator GSF, que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para venda das usinas hidráulicas, a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e *hedge* energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de *hedge* para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 16.4 a Companhia liquidou o empréstimo junto a CTG Lux.

4.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.4. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data

mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Remuneração	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 2ª emissão - série 2	Variação IPCA + 4,63% ao ano	39.185	40.697	1.095.228	1.175.110
Debêntures 3ª emissão - série única	Variação DI + 1,29% ao ano	493.010	431.003	-	924.013
		532.195	471.700	1.095.228	2.099.123

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / DI – Depósito Interbancário / USD – Dólar

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (nota explicativa nº 14).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.3.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo financeiro vinculado a concessão, debêntures e provisão para grandes reparos, ao qual a Companhia está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação absoluta entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2025 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada para o cenário dos próximos 12 meses, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Varição absoluta no cenário provável	Saldo contábil em 2025	Cenário atual (*)	Cenário provável (**)	Efeito absoluto
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	DI	14,90%	12,40%	250 bps	118.875	17.712	14.741	2.971
Ativo financeiro vinculado à concessão	IPCA	4,27%	4,40%	13 bps	12.998.025	554.941	571.527	16.586
					13.116.900	572.653	586.268	19.557
Passivos financeiros								
Debêntures 2ª emissão - série 2	IPCA + 4,63% ao ano	4,27%	4,40%	13 bps	826.522	75.190	76.293	1.103
Debêntures 3ª emissão - série única	DI + 1,29% ao ano	14,90%	12,40%	250 bps	800.096	131.073	110.813	20.260
Provisão para grandes reparos	IPCA	4,27%	4,40%	13 bps	1.123.874	47.983	49.417	1.434
Provisão para grandes reparos	IGPM	-1,05%	3,87%	492 bps	749.250	(7.861)	29.030	36.891
					3.499.742	246.385	265.553	59.688

IGPM – Índice Geral de Preços a Mercado

(*) composto pela atualização dos saldos contábeis, considerando a variação do indexador do valor contábil nos últimos 12 meses.

(**) reflete a atualização dos saldos contábeis com base no indexador projetado para os próximos 12 meses, de acordo com a mediana das expectativas de mercado para 2026, disponibilizada por consultoria especializada.

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

O índice de alavancagem financeira é utilizado para evidenciar a estrutura de capital da Companhia. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures de curto e longo prazos, subtraído o montante de caixa, equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

	Nota	2025	2024
Debêntures	14	1.626.618	1.758.846
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	16.4	-	1.515.886
Dívida Bruta		1.626.618	3.274.732
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(118.948)	(1.708.872)
Dívida líquida		1.507.670	1.565.860
Patrimônio líquido	18	10.937.604	12.614.578
Total do capital		12.445.274	14.180.438
Índice de alavancagem financeira - (%)*		12,1	11,0

* Dívida líquida / Total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses.

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima à do DI.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

5.1.1. Composição

	2025	2024
Caixas e bancos	73	109
Aplicações financeiras	118.875	1.708.763
Certificado de depósito bancário (CDB)	118.875	1.708.763
	118.948	1.708.872

5.2. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia através de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem *rating* mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa e equivalentes de caixa mantidas pela Companhia:

5.2.1. Composição

Standard & Poor's (*)	Moody's (*)	Fitch (*)	2025	2024
AAA	AAA	AAA	10.497	2
AAA	-	-	1	1
AAA	AAA	-	3	358.117
-	AA	-	1	477.238
-	AAA	AAA	108.445	114.991
-	AAA	-	1	758.523
			118.948	1.708.872

(*) Não auditados pelos auditores independentes

6. Clientes

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo preço da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF) e contratos de leilão, celebrados com as distribuidoras de energia, valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

	À vencer	2025	2024
	Até 90 dias		
Contratos ACL	88.908	88.908	98.752
Contratos ACR	318.380	318.380	297.343
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	19.565	19.565	21.830
	426.853	426.853	417.925

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Diretoria da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2025 não houve novas constituições de PECLD.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: registro contra pagamento, fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfolio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Diretoria não tem autonomia, para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções, as quais em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2025	2024
	Circulante	Circulante
Ativo		
INSS a recuperar	-	391
ICMS a recuperar	3.571	4.192
ISS a recuperar	-	591
Outros	61	62
	3.632	5.236
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	128.444	335.318
PIS e COFINS a recolher	30.344	24.117
Impostos retidos a recolher	1.830	652
	160.618	360.087

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / INSS – Instituto Nacional do Seguro Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços

Em 2025 a principal variação se deu em decorrência da liquidação do empréstimo com partes relacionadas mantido junto à CTG Lux e consequente realização da variação cambial.

8. Ativo financeiro vinculado à concessão

8.1. Política contábil

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõem a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG).

Do montante pago pelo direito de concessão, uma parcela possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse montante, que equivale a 65% do valor pago, os demais 35%, em função do risco de demanda, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12.

A RBO está classificada como ativo financeiro e é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 686, de 23 de novembro de 2015.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “ativo financeiro”, inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Os contratos de venda de energia foram todos comercializados no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL.

8.2. Composição

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	5.108.255	5.377.111	268.856	5.377.111	5.645.967
Juros e atualização monetária	1.081.437	6.539.477	7.620.914	1.023.762	5.982.044	7.005.806
	1.350.293	11.647.732	12.998.025	1.292.618	11.359.155	12.651.773

8.3. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.651.773
Juros e atualização monetária	1.716.901
Liquidação	(1.370.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.998.025

9. Depósitos judiciais

9.1. Política contábil

A Companhia mantém discussões judiciais para as quais foram necessários depósitos judiciais para suspensão de exigibilidade, entre os principais são destacados:

9.2. Movimentação

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões de contingências com classificação de risco de perda provável (vide nota explicativa n° 17.2).

	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189	632.987	633.176
Variações monetárias	13	53.724	53.737
Adições	26	-	26
(-) Baixas	(45)	-	(45)
Reclassificações	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	170	686.711	686.881

9.3. Fiscais:

O Principal depósito judicial refere-se ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo lucro presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa Selic. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 686.681.

Os demais depósitos judiciais com causas fiscais correspondem ao total de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2025.

10. Imobilizado

10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor.

A Diretoria da Companhia considera que não haverá indenização, pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados, pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

10.2. Composição e movimentação

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Taxa média anual de depreciação	0,0%	8,7%	7,9%	6,2%	11,5%	
(A) Imobilizado em curso						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.243	28.444	-	309	-	30.996
Adições	989	12.189	-	133	1.521	14.832
Transferências	-	(4.481)	-	(55)	(1.521)	(6.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.232	36.152	-	387	-	39.771
(B) Imobilizado em serviço						
Custo	-	1.525	10.906	2.491	9.687	24.609
Depreciação acumulada	-	(283)	(8.755)	(692)	(7.597)	(17.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	1.242	2.151	1.799	2.090	7.282
Adições	-	-	-	-	9.833	9.833
Baixas	-	-	-	(6)	-	(6)
Transferências	-	168	1.350	55	-	1.573
Depreciação	-	(148)	(974)	(157)	(2.254)	(3.533)
Custo	-	1.693	12.256	2.536	19.520	36.005
Depreciação acumulada	-	(431)	(9.729)	(845)	(9.851)	(20.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	1.262	2.527	1.691	9.669	15.149
(A+B) Imobilizado líquido	3.232	37.414	2.527	2.078	9.669	54.920

	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Taxa média anual de depreciação	0,0%	0,0%	7,1%	8,3%	6,1%	14,3%	
(A) Imobilizado em curso							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	338	785	41.278	-	514	-	42.915
Estornos / Adições	(338)	1.850	5.155	-	151	948	7.766
Transferências	-	(392)	(17.989)	-	(356)	(948)	(19.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	2.243	28.444	-	309	-	30.996
(B) Imobilizado em serviço							
Custo	-	-	551	8.448	2.311	9.588	20.898
Depreciação acumulada	-	-	(174)	(5.209)	(565)	(6.208)	(12.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	377	3.239	1.746	3.380	8.742
Adições	-	-	-	-	-	99	99
Baixas	-	-	-	(186)	(30)	-	(216)
Transferências	-	-	974	-	236	-	1.210
Depreciação	-	-	(109)	(902)	(153)	(1.389)	(2.553)
Custo	-	-	1.525	10.906	2.491	9.687	24.609
Depreciação acumulada	-	-	(283)	(8.755)	(692)	(7.597)	(17.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	1.242	2.151	1.799	2.090	7.282
(A+B) Imobilizado líquido	-	2.243	29.686	2.151	2.108	2.090	38.278

11. Intangível

11.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor.

11.2. Composição e movimentação

	Infraestrutura de concessão	Grandes reparos	Software	Licença ambiental	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Taxa média anual de amortização	2,4%	3,4%	16,0%	3,1%	3,9%	
(A) Intangível em curso						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	980	2.901	-	3.881
Estornos	-	-	(325)	(2.901)	-	(3.226)
Transferências	-	-	(139)	-	-	(139)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	516	-	-	516
(B) Intangível em serviço						
Custo	6.505.933	2.939.905	28.425	-	147.862	9.622.125
Amortização acumulada	(3.040.897)	(707.489)	(17.923)	-	(19.619)	(3.785.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.465.036	2.232.416	10.502	-	128.243	5.836.197
Adições	-	-	-	38.999	2.288	41.287
Baixas	(54)	-	-	-	-	(54)
Transferências	4.484	-	139	-	-	4.623
Amortização	(157.232)	(99.657)	(4.563)	(1.202)	(5.809)	(268.463)
Custo	6.510.253	2.939.905	28.563	38.999	150.150	9.667.870
Amortização acumulada	(3.198.019)	(807.146)	(22.485)	(1.202)	(25.428)	(4.054.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.312.234	2.132.759	6.078	37.797	124.722	5.613.590
(A+B) Intangível líquido	3.312.234	2.132.759	6.594	37.797	124.722	5.614.106

	Infraestrutura de concessão	Grandes reparos	Software	Licença ambiental	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Taxa média anual de amortização	2,4%	3,4%	16,9%	0,0%	3,9%	
(A) Intangível em curso						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	2.314	2.188	-	4.502
Adições	-	-	263	713	-	976
Transferências	-	-	(1.597)	-	-	(1.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	980	2.901	-	3.881
(B) Intangível em serviço						
Custo	6.487.682	2.939.905	26.755	-	147.862	9.602.204
Amortização acumulada	(2.883.697)	(607.831)	(13.125)	-	(13.877)	(3.518.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.603.985	2.332.074	13.630	-	133.985	6.083.674
Baixas	(77)	-	-	-	-	(77)
Transferências	18.402	-	1.670	-	-	20.072
Amortização	(157.274)	(99.658)	(4.798)	-	(5.742)	(267.472)
Custo	6.505.933	2.939.905	28.425	-	147.862	9.622.125
Amortização acumulada	(3.040.897)	(707.489)	(17.923)	-	(19.619)	(3.785.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.465.036	2.232.416	10.502	-	128.243	5.836.197
(A+B) Intangível líquido	3.465.036	2.232.416	11.482	2.901	128.243	5.840.078

11.3. Itens que compõem o intangível

11.3.1. Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015 disciplina a desvinculação, por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de

energia elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11.3.2. Infraestrutura de concessão

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e do Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõem a remuneração da Companhia, denominada Receita Anual de Geração (RAG). O reconhecimento contábil dessa outorga, de acordo com o ICPC 01, deu-se no modelo bifurcado, com o reconhecimento de um ativo intangível no montante de R\$ 4.796 MM, referente ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, e de um ativo financeiro no montante de R\$ 9.007 MM, conforme nota explicativa nº 8. Esse ativo financeiro não possui mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável e, portanto, foi classificado como ativo financeiro, inicialmente mensurado a valor presente e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

11.3.3. Grandes reparos

Com base em estimativas de engenheiros e da administração, foi provisionado o valor total que se espera despendar nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras, dentro das condições previstas no edital do leilão. A estimativa de gastos com os reparos somente é confirmada na abertura das máquinas e, por esse motivo, o valor da provisão pode ser alterado de acordo com a necessidade. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário à viabilização do projeto.

11.3.4. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável, conforme o tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

11.3.5. Licença ambiental

As licenças ambientais referem-se às obrigações legais e regulatórias relacionadas à obtenção, renovação e manutenção das licenças ambientais necessárias para a operação das atividades da Companhia, conforme exigências dos órgãos ambientais competentes. Os valores são reconhecidos como provisão pela melhor estimativa dos desembolsos futuros, trazida a valor presente, registrada em contrapartida do ativo intangível e amortizada pelo prazo de vigência da respectiva licença, sendo atualizados monetariamente com base no IPCA.

11.3.6. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão como forma de recuperação de parcela dos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, em razão do agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, por restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração desses empreendimentos e por geração fora da ordem de mérito e importação de energia. A referida compensação ocorre mediante a extensão da outorga, limitada a até 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

12. Fornecedores

12.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

12.2. Composição

	2025	2024
	Circulante	Circulante
Suprimento de energia elétrica	34.855	26.442
Materiais e serviços contratados	56.576	36.486
Encargos de uso da rede elétrica	58.766	55.653
Tust	58.766	55.653
	150.197	118.581

Tust – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

13.1. Composição

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	22.304	-	22.304	22.842	-	22.842
PDI	44.481	23.292	67.773	48.591	26.608	75.199
TFSEE	2.735	-	2.735	3.517	-	3.517
	69.520	23.292	92.812	74.950	26.608	101.558

13.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Este manual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

A Companhia utiliza os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPDI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQuI) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para controle dos projetos de PDI.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados, as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira, realizada por firma de auditoria contratada exclusivamente para este fim, e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

13.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

14. Debêntures

14.1. Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

14.2. Composição

				2025					
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(428)	(428)	650.000	176.950	826.950
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	400.000	351	400.351	400.000	(255)	399.745
				400.000	(77)	399.923	1.050.000	176.695	1.226.695

				2024					
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	49.933	169.933	-	-	-
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(663)	(663)	650.000	140.248	790.248
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	196	196	800.000	(868)	799.132
				120.000	49.466	169.466	1.450.000	139.380	1.589.380

14.3. Vencimento

Emissão	2027	2029	A partir de 2030	Total
2ª série 2	-	272.472	554.478	826.950
3ª série única	399.745	-	-	399.745
	399.745	272.472	554.478	1.226.695

14.4. Movimentação

	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 2	3ª Emissão Série única	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	169.933	789.585	799.328	1.758.846
Movimentação				
Amortização de custos de transação	-	-	613	613
Capitalização de custos de transação	471	2.081	-	2.552
Apropriação de juros	-	-	121.682	121.682
Capitalização de juros	1.839	40.975	-	42.814
Capitalização de variação monetária	7.937	31.707	-	39.644
Pagamento de juros	(5.177)	(37.826)	(121.527)	(164.530)
Pagamento de variação monetária	(55.003)	-	-	(55.003)
Pagamento de principal	(120.000)	-	-	(120.000)
	(169.933)	36.937	768	(132.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	826.522	800.096	1.626.618

	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 1 Série 2	3ª Emissão Série única	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	326.810	195.698	745.671	2.066.866
Movimentação				
Amortização de custos de transação	-	155	-	613
Capitalização de custos de transação	1.131	-	2.081	3.212
Apropriação de juros	-	10.620	-	95.621
Capitalização de juros	14.861	-	36.355	51.216
Capitalização de variação monetária	8.424	-	41.688	50.112
Pagamento de juros	(15.130)	(11.473)	(36.210)	(95.593)
Pagamento de variação monetária	(46.163)	-	-	(46.163)
Pagamento de principal	(120.000)	(195.000)	-	(315.000)
	(156.877)	(195.698)	43.914	(308.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	169.933	-	789.585	799.328

14.5. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2021	15/06/2031	650.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	3	Projeto de modernização das usinas Jupia e Ilha Solteira
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	27/06/2022	27/06/2027	800.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	Alongamento do perfil do endividamento e reforço de capital de giro

14.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato

14.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.7.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda e Terceira emissão, a serem apurados com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (Aneel):

- i. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2025	2024
Ebitda / Resultado financeiro ajustado (*)	Igual ou superior a 2,0	66,73	75,01
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,52	0,02
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,20	0,21

(*) Desconsiderado o efeito da variação cambial

14.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 100 milhões na 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;
- ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (*rating*) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings
- iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

15. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

15.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta

apropriada. A partir de 2026, conforme (notas explicativas nº 1.5.2 e 1.5.3 respectivamente) haverá alteração na retenção de impostos sobre os dividendos e JSCP.

15.2. Composição e movimentação

	Saldo em 2024	Movimentação do exercício		Saldo em 2025		Total
	Passivo circulante	Dividendos propostos/adicionais e JSCP constituídos	Pagamentos	Passivo circulante	Passivo não circulante	
(A) Dividendos						
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	447.877	1.979.388	(914.546)	-	1.512.719	1.512.719
Hulkai Clean Energy S.Á.R.L.	223.935	989.679	(457.266)	-	756.348	756.348
	671.812	2.969.067	(1.371.812)	-	2.269.067	2.269.067
(B) Juros sobre capital próprio (*)						
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	477.136	595.003	(477.136)	595.003	-	595.003
Hulkai Clean Energy S.Á.R.L.	238.564	297.497	(238.564)	297.497	-	297.497
	715.700	892.500	(715.700)	892.500	-	892.500
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	1.387.512	3.861.567	(2.087.512)	892.500	2.269.067	3.161.567

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

16. Partes relacionadas

16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações, as premissas contratuais são as definidas entre as partes.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

16.2.1. Limite de remuneração aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)

Em 30 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 8.100 para 2025, como segue:

	2025	2024
Administração e Conselheiros	8.100	6.668

16.2.2. Remuneração realizada

	2025	2024
Benefícios de curto prazo para administradores	4.922	6.395
Benefícios pós-emprego	239	273
	5.161	6.668

16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à CTG Brasil, e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho

de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Verde Energia S.A, Rio Canoas Energia S.A e Rio Paranapanema Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

16.3.1. Saldos

	2025		2024
	Ativo	Passivo	Passivo
	Circulante	Circulante	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A	-	5.797	-
Rio Canoas Energia S.A.	131	28	-
Rio Verde Energia S.A.	74	11	-
Rio Paranapanema Energia S.A.	621	790	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.	-	-	1.515.886
	826	6.626	1.515.886

16.3.2. Resultado

	2025	2024
	Compartilhamento de infraestrutura	Compartilhamento de infraestrutura
China Three Gorges Brasil Energia S.A	(54.954)	(53.665)
Rio Canoas Energia S.A.	1.241	1.349
Rio Verde Energia S.A.	701	759
Rio Paranapanema Energia S.A.	(3.419)	(2.564)
	(56.431)	(54.121)

16.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.À.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). A transação foi efetuada em dólar e com juros de 6,20% ao ano em 2016 e, a partir de 2017, essa taxa de juros passou a ser de 4,29% ao ano.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

Em 11 de novembro de 2022 foi celebrado o segundo aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de novembro de 2025 e alterando as parcelas de principal de \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) para \$ 77.083.333 (setenta e sete milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três dólares).

Em razão de janelas favoráveis do dólar, a Companhia realizou a quitação da dívida mantida com a CTG Lux, os pagamentos aconteceram entre fevereiro e março de 2025, em relação a parcela de principal e juros referente a novembro de 2024. A parcela que venceria em maio de 2025 foi amortizada entre os meses de março e de abril, e a parcela a vencer em novembro de 2025 teve seu pagamento realizado entre os meses de maio e julho de 2025.

Com isso, a Companhia liquidou o empréstimo com partes relacionadas mantido junto à CTG Lux, otimizando o fluxo de caixa e reduzindo custos financeiros.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

16.4.1. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.515.886
Movimentação	
Apropriação de juros	13.776
Pagamento de juros	(96.277)
Pagamento de principal	(1.303.274)
Ganho com variação cambial	(131.437)
Perda com variação cambial	2.740
Imposto de renda retido na fonte	(1.414)
	(1.515.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	
1.127.712	
Movimentação	
Apropriação de juros	75.756
Variação cambial ativa	(49.488)
Variação cambial passiva	361.906
	388.174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.515.886

17. Provisões

17.1. Composição dos saldos

Passivo	2025	2024
Circulante		
Provisões		
Provisões para grandes reparos	546.450	329.646
Provisões para licenças ambientais	9.392	-
	555.842	329.646
Não circulante		
Provisões		
Provisões para grandes reparos	1.326.674	1.598.770
Provisões para licenças ambientais	21.507	-
Provisões para riscos	5.894	854
	1.354.075	1.599.624
Total	1.909.917	1.929.270

17.2. Provisões para grandes reparos

17.2.1. Política contábil

A Companhia possui contratos dentro do alcance do ICPC 01 (Interpretação técnica baseada do IFRIC 12) que envolvem uma entidade privada (concessionário) e sua infraestrutura usada para prestar os serviços públicos ou melhorá-la, além de operá-la e mantê-la pelo prazo da concessão.

Com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e nas estimativas de engenheiros e Administração, foi provisionado o valor total que se espera depender nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos com o reparo somente é

confirmada na abertura das máquinas. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, em contrapartida do ativo intangível e tiveram suas atualizações projetadas com base na inflação e projetada até 2038 (término esperado para o projeto) e trazidas a valor presente, esse efeito é registrado no resultado financeiro. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente ou por algum evento significativo, as provisões são revistas e sempre que necessário as estimativas de gastos são atualizadas.

Em caso de variação na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo temporal dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

17.2.2. Composição e movimentação

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.409.736	(1.481.320)	1.928.416
Realização de provisão	(218.802)	-	(218.802)
Atualização	(47.167)	-	(47.167)
Apropriação do ajuste a valor presente	-	210.677	210.677
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.143.767	(1.270.643)	1.873.124
Circulante	372.500	(42.854)	329.646
Não circulante	3.037.236	(1.438.466)	1.598.770
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.409.736	(1.481.320)	1.928.416
Circulante	617.489	(71.039)	546.450
Não circulante	2.526.278	(1.199.604)	1.326.674
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.143.767	(1.270.643)	1.873.124

17.3. Provisões para licenças ambientais

17.3.1. Política contábil

A provisão para licenças ambientais refere-se às obrigações legais e regulatórias relacionadas à obtenção e manutenção de licenças ambientais necessárias para a operação das atividades da Companhia. Essas obrigações decorrem de exigências impostas por órgãos ambientais e são estimadas com base nos custos esperados para regularização e renovação das licenças.

Com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconhece o saldo desta provisão pela melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo intangível, e atualizada monetariamente com base no IPCA. Os custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação. Trimestralmente as provisões serão revistas, ou sempre que houver mudanças relevantes nas estimativas de custos.

17.3.2. Composição e movimentação

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Constituição de provisão	73.760	(34.761)	38.999
Realização de provisão	(9.198)	-	(9.198)
Ajuste a valor presente	-	1.098	1.098
Saldo em 31 de dezembro de 2025	64.562	(33.663)	30.899
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Circulante	13.600	(4.208)	9.392
Não circulante	50.962	(29.455)	21.507
Saldo em 31 de dezembro de 2025	64.562	(33.663)	30.899

17.4. Provisões para riscos e contingências

17.4.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, que são relacionadas às ações trabalhistas, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

As ações discutem as demolições de construções irregulares na Área de Preservação Permanente (APP) e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais,

que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Diretoria, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

17.4.2. Provisões para riscos

17.4.2.1. Composição e movimentação

	Trabalhistas	Cíveis	Total
(A) Provisão para riscos			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.341	15	1.356
Provisões	4.814	4	4.818
Variações monetárias	248	1	249
Acordos / pagamentos	(143)	(19)	(162)
	4.919	(14)	4.905
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.260	1	6.261
(B) Depósitos judiciais			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(488)	(14)	(502)
Variações monetárias	28	-	28
(Adições)	(87)	(19)	(106)
Baixas	455	33	488
Reclassificações (i)	(275)	-	(275)
	121	14	135
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(367)	-	(367)
(A+B) Provisões líquidas			
Não circulante	853	1	854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	854
Não circulante	5.893	1	5.894
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.893	1	5.894

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
(A) Provisão para riscos				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.377	11	19.883	24.271
Provisões / (reversões)	(2.068)	11	(20.190)	(22.247)
Variações monetárias	71	1	307	379
Acordos / pagamentos	(1.039)	(8)	-	(1.047)
	(3.036)	4	(19.883)	(22.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.341	15	-	1.356
(B) Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.304)	-	-	(1.304)
Variações monetárias	(27)	-	-	(27)
(Adições)	(243)	(14)	-	(257)
Baixas	1.086	-	-	1.086
	816	(14)	-	802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(488)	(14)	-	(502)
(A+B) Provisões líquidas				
Circulante	-	-	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	-	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967
Não circulante	853	1	-	854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	-	854

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

17.4.2.2. Trabalhistas

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

17.4.3. Contingências possíveis

17.4.3.1. Composição

	2025	2024
Trabalhistas	2.144	12.050
Fiscais	697.316	642.746
Cíveis	6.121	3.908
Ambientais	145.153	15.892
Regulatórias	15.936	11.554
	866.670	686.150

Demonstramos abaixo, as principais variações nas contingências possíveis da Companhia, atualizadas para 31 de dezembro de 2025:

17.4.3.2. Trabalhistas

As contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 2.144 para dezembro de 2025 (R\$ 12.050 em 31 de dezembro de 2024). O principal motivo da baixa decorre do encerramento e reclassificação de processos trabalhistas relevantes, que ocorreram principalmente em razão de acordos celebrados e decisões judiciais favoráveis, que eliminaram a possibilidade de perda. O restante trata-se de atualização monetária.

17.4.3.3. Fiscais

- i. Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Diretoria, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso é de R\$ 686.681 (R\$ 632.957 em 31 de dezembro de 2024);
- ii. Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor atualizado é de R\$ 6.011 (R\$ 5.586 em 31 de dezembro de 2024);
- iii. Processos administrativos e judiciais que discutem o recolhimento de ISSQN para o município de Três Lagoas durante o período da modernização e o valor atualizado é de R\$ 4.622 (R\$ 4.202 em 31 de dezembro de 2024).

17.4.3.4. Ambientais

As contingências ambientais com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 145.153 para 31 de dezembro de 2025. O principal motivo para o aumento decorre da atualização monetária dos processos em andamento e de uma nova contingência. Dentre os principais se destacam:

- Seis Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – (IBAMA), totalizando R\$ 10.791, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta

mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de soltura de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;

- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS (“Ação Peixamento”), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupiá e Ilha Solteira. Foi proferida a sentença (decisão de 1ª instância) julgando improcedente a ação. A sentença foi mantida pelo TRF/3 e o MPF interpôs recurso especial, que foi admitido. Aguarda-se o julgamento do recurso. O valor atualizado é de R\$ 6.452 (R\$ 6.149 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal requerendo que a companhia realize o reflorestamento de toda a área do reservatório da Usina de Ilha Solteira. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 129 milhões.

17.4.3.5. Regulatórias

As contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 15.936, decorrente de ações judiciais ajuizadas por municípios em face da Aneel, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1ª instância.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações ordinárias compõem o patrimônio líquido e conferem direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Acionistas	2025 e 2024	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,0

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

18.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

18.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada, para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

18.4. Destinação dos lucros acumulados

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531
Constituição da reserva legal	117.105	94.276
Base de cálculo dos dividendos	2.224.988	1.791.255
Distribuições		
Dividendos	2.969.067	650.000
Juros sobre capital próprio	1.050.000	842.000
	4.019.067	1.513.812
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	556.247	447.814
Distribuições adicionais	3.462.820	1.065.998

Deliberação	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 23/12/2025	Dividendos	2.269.067	0,32349
AGE de 09/12/2025	Juros sobre capital próprio	1.050.000	0,14969

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente ou conforme determinado em ata.

Contudo, para o exercício de 2025, o valor deliberado difere da prática usual da Companhia em razão da edição da Lei nº 15.270, que estabelece a possibilidade de pagamento até 2028, preservando, assim, a isenção do IRRF, conforme mencionado e divulgado nas (notas explicativas nº 1.5.2 e 15, respectivamente).

19. Receita operacional líquida

19.1. Política contábil

19.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

19.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

19.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

19.1.3.1. Regime cotas

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

- GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão
- Reembolsos da Tust, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e PDI: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

19.1.3.2. Leilões de Energia Existente

Contratos negociados no ambiente de contratação regulado, onde a comercialização de energia elétrica ocorre intermediada por leilões públicos promovidos pelo governo federal, com regras definidas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a seu edital.

19.1.4. Receita de ativos financeiros

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	991.740	801.278
Contratos ACR	1.772.316	1.619.684
Mercado de curto prazo (MCP)	138.492	116.573
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.610	5.161
	2.906.158	2.542.696
Receita de ativos financeiros		
Juros e atualização monetária	1.716.901	1.713.864
	1.716.901	1.713.864
Total receita operacional bruta	4.623.059	4.256.560
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(408.511)	(367.173)
ICMS	(2.806)	(1.696)
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)	(12.647)	(11.472)
	(423.964)	(380.341)
Receita operacional líquida	4.199.095	3.876.219

20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

20.1. Energia elétrica vendida

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.702.703	991.740	5.056.883	801.278
Contratos ACR	15.249.683	1.772.316	14.890.986	1.619.684
Mercado de curto prazo (MCP)	706.109	138.492	1.096.348	116.573
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	468.847	3.610	357.666	5.161
	24.127.342	2.906.158	21.401.883	2.542.696

(*) Não auditado pelos auditores independentes

20.2. Energia elétrica comprada

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	3.430.327	466.324	623.582	111.484
Mercado de curto prazo (MCP)	120.468	3.814	51.997	3.151
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	80.607	2.798	462.766	10.254
(-) Crédito de PIS	-	(7.650)	-	(1.651)
(-) Crédito de COFINS	-	(35.236)	-	(7.607)
	3.631.402	430.050	1.138.345	115.631

(*) Não auditado pelos auditores independentes

20.3. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos devidos pela Companhia, estabelecidos pela Aneel são: Tust, TUSD e Encargos de Conexão.

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo da Tust, e
- ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos

grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo da Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

	2025	2024
Tust	230.600	218.718
Tusd	5.841	5.732
Encargos de conexão	53	50
(-) Crédito de PIS	(3.876)	(3.681)
(-) Crédito de COFINS	(17.850)	(16.952)
	214.768	203.867

TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

21. Resultado financeiro

21.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	2025	2024
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	137.582	107.953
Variações monetárias	54.685	44.948
Depósitos judiciais	53.709	43.579
Tributos a recuperar	548	8
Inadimplência CCEE	428	1.361
Ganho com variação cambial	131.437	49.488
Compensação financeira	-	200
(-) PIS e COFINS	(6.450)	(5.086)
Outras receitas financeiras	171	17
	317.425	197.520
Despesas		
Juros	(135.458)	(181.997)
Debêntures	(121.682)	(106.241)
Partes relacionadas	(13.776)	(75.756)
Variações monetárias	(3.346)	(2.909)
Provisões para riscos	(249)	(379)
Outras	(3.097)	(2.530)
Perda com variação cambial	(2.740)	(361.906)
Ajuste a valor presente (AVP)	(164.608)	(274.235)
Atualização / AVP de provisão de grandes reparos	(163.510)	(274.235)
AVP Licença ambiental	(1.098)	-
Outras despesas financeiras	(2.503)	(1.698)
	(308.655)	(822.745)
Resultado financeiro líquido	8.770	(625.225)

22. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

22.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

22.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado,

exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		2.992.198			2.404.621	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(748.050)	(269.298)	(1.017.348)	(601.155)	(216.416)	(817.571)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio (JSCP)	262.500	94.500	357.000	210.500	75.780	286.280
Doações Incentivadas	12.478	-	12.478	13.932	-	13.932
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	-	-	-	3.398	1.223	4.621
Incentivos fiscais	66	-	66	81	-	81
Outras (adições) permanentes, líquidas	(4.150)	(1.501)	(5.651)	(4.725)	(1.708)	(6.433)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(477.156)	(176.299)	(653.455)	(377.969)	(141.121)	(519.090)
IRPJ e CSLL correntes	229.287	87.068	316.355	352.435	131.930	484.365
IRPJ e CSLL diferidos	247.869	89.231	337.100	25.534	9.191	34.725
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	477.156	176.299	653.455	377.969	141.121	519.090
Ajustes correntes - exercícios anteriores	(3.349)	(1)	(3.350)	-	-	-
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	473.807	176.298	650.105	377.969	141.121	519.090
Alíquota efetiva	15,9%	5,9%	21,8%	15,7%	5,9%	21,6%

22.2. Tributos diferidos

22.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões para grandes reparos	429.130	154.487	583.617	378.455	136.244	514.699
Variação cambial	-	-	-	128.205	46.154	174.359
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	3.199	1.152	4.351	1.956	704	2.660
Provisões para riscos	3.182	1.146	4.328	3.259	1.173	4.432
Outras provisões	1.538	553	2.091	907	326	1.233
Total bruto	437.049	157.338	594.387	512.782	184.601	697.383
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(437.049)	(157.338)	(594.387)	(512.782)	(184.601)	(697.383)
Total	-	-	-	-	-	-
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos de ativo financeiro vinculado a concessão	(1.731.990)	(623.518)	(2.355.508)	(1.574.129)	(566.687)	(2.140.816)
Juros sobre depósito vinculado	(67.716)	(24.378)	(92.094)	(54.285)	(19.543)	(73.828)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(31.180)	(11.225)	(42.405)	(32.061)	(11.542)	(43.603)
AVP Licença ambiental	(1.724)	(620)	(2.344)	-	-	-
Total bruto	(1.832.610)	(659.741)	(2.492.351)	(1.660.475)	(597.772)	(2.258.247)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	437.049	157.338	594.387	512.782	184.601	697.383
Total	(1.395.561)	(502.403)	(1.897.964)	(1.147.693)	(413.171)	(1.560.864)
Imposto diferido líquido	(1.395.561)	(502.403)	(1.897.964)	(1.147.693)	(413.171)	(1.560.864)

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Imposto diferido ativo	31.703	24.586	18.574	13.538	24.848	481.138	594.387
Imposto diferido passivo	(98.344)	(99.049)	(99.430)	(99.495)	(99.556)	(1.996.477)	(2.492.351)
Imposto diferido líquido	(66.641)	(74.463)	(80.856)	(85.957)	(74.708)	(1.515.339)	(1.897.964)

23. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ação	0,33390	0,26881

24. Instrumentos financeiros

24.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

24.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em

outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

24.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

24.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

24.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

24.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

24.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	73	73	109	109
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	118.875	118.875	1.708.763	1.708.763
Clientes	Custo amortizado	-	426.853	426.853	417.925	417.925
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	-	12.998.025	12.998.025	12.651.773	12.651.773
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	826	826	-	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	686.881	686.881	633.176	633.176
			14.231.533	14.231.533	15.411.746	15.411.746
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	150.197	150.197	118.581	118.581
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	92.812	92.812	101.558	101.558
Debêntures	Custo amortizado	-	1.626.618	1.571.019	1.758.846	1.661.930
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	3.161.567	3.161.567	1.387.512	1.387.512
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.626	6.626	1.515.886	1.515.886
			5.037.820	4.982.221	4.882.383	4.785.467

25. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros, que englobam a Rio Paraná Energia S.A., levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2025 a 04/08/2026	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2025 a 04/08/2026	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2025 a 04/08/2027	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2025 a 08/12/2026	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

26. Compromissos assumidos e não reconhecidos

26.1. Contratos de compra de energia elétrica

Contratos	Compromissos até
ACL - Contratos bilaterais	2028

27. Transações não caixa

	2025	2024
Povisão para licença ambiental	38.999	-

Membros da Governança

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Presidente
Evandro Leite Vasconcelos	Membro Efetivo
Márcio José Peres	Membro Efetivo
Xingyang Cao	Membro Efetivo
Zhigang Chen	Membro Efetivo

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Márcio José Peres	Diretor-Presidente
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo
Tatiana Figueredo Garrido da Mota	Diretora Executiva
Giulliano Batelochi Gallo	Diretor Executivo

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da RIO PARANÁ ENERGIA S.A. (“Companhia”), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Rodrigo Teixeira Egreja

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo

Declaração do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros do Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro vinculado à concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.1, 1.2 e 8 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência. A Companhia pagou um montante pelo direito de concessão, do qual uma parcela possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, classificada como ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão, registrado no ativo circulante e não circulante, é de R\$12.998.025 mil. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para definir as premissas de cálculo adotadas, consideramos a mensuração do ativo financeiro vinculado à concessão como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes; (ii) a análise das movimentações dos saldos, recálculo sobre o modelo matemático e correspondentes dados e premissas, recálculo do ajuste a valor presente e testes substantivos em bases amostrais sobre os recebimentos realizados no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e à divulgação do ativo financeiro vinculado à concessão e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.

Provisão para grandes reparos

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17.2 às demonstrações financeiras, ao adquirir os direitos associados à concessão das usinas de Jupirá e Ilha Solteira, a Diretoria, com base nas estimativas de engenheiros, provisionou o valor total que se espera despende nos reparos necessários à operação das referidas unidades geradoras, de acordo com os requerimentos e níveis de disponibilidade previstos no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão para grandes reparos, registrado no passivo circulante e não circulante, é de R\$1.873.124 mil.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para mensurar a expectativa de desembolsos futuros, consideramos a mensuração da provisão para grandes reparos como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) o entendimento dos controles internos e dos processos e procedimentos para as contabilizações e as mensurações subsequentes;
- (ii) a análise retrospectiva relativa aos montantes classificados no circulante e pagos no exercício corrente;
- (iii) a análise das movimentações dos saldos, recálculo do ajuste a valor presente e testes substantivos em bases amostrais sobre os desembolsos realizados no exercício;
- (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e à divulgação da provisão para grandes reparos e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17.2 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5